


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013159-51.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Embargante: **Elaine Aparecida Mangianelli**
 Embargado: **Cooperativa de Crédito e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes Sp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Elaine Aparecida Mangianelli opôs embargos de terceiro em face de Cooperativa de Crédito e Investimento Bandeirantes – Sicredi Bandeirantes SP e de **Wagner Luis Otaviani** alegando, em síntese, ter adquirido do executado o veículo marca Mitsubishi, modelo Pajero TR4, Placa KZV 6117, com determinação de penhora nos autos da execução nº 1011643-93.2017.8.26.0566. Defende a posse direta e a boa-fé na aquisição do bem gravado com alienação fiduciária. Pede a procedência da ação e a liberação da penhora.

O embargado apresentou resposta impugnando o pedido de gratuidade e o valor da causa. No mérito, contrapôs as alegações iniciais (fls.130/140).

À fl. 185 indeferiu-se o pedido de Justiça Gratuita formulado pela autora e alterou-se o valor da causa.

Manifestação da embargante às fls. 187/190.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Recebo o pedido de fls. 187/188 nos termos do artigo 99, §1º do Código de Processo Civil e diante da comprovação dos rendimentos singelos (fls. 190), concedo à embargante o benefício da Justiça Gratuita. Anote-se.

Verifico que a penhora não decorreu de indicação do executado, bem assim que a constrição aproveita apenas ao embargado, razões pelas quais inexistente litisconsórcio passivo necessário.

Dessa forma, indefere-se a inclusão do executado no polo passivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo além das condições da ação, bem como não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despendioso produzir demais provas em audiência ou fora dela.

Nesse caso, temos em conta que: 1) os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa e hábeis a sustentar a linha decisória; 2) quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo; 3) as próprias alegações de ambas as partes, ao delimitar os elementos objetivos da lide, fazem concluir pelo julgamento no estado em que se encontra o processo.

Inclusive, ao julgar antecipadamente zelo pela rápida prestação jurisdicional, impedindo que *“as partes exerçam a atividade probatória inutilmente ou com intenções protelatórias”*, conforme leciona Vicente Greco Filho (Direito Processual Civil Brasileiro. Saraiva, 14ª edição, 1999, p 228).

Os embargos são improcedentes.

Na hipótese, para a pretendida liberação, é imprescindível que a boa-fé da embargante esteja evidenciada de maneira absoluta, pressuposto que não se verifica.

De início, constato que embargante e executado residem no mesmo endereço - local onde o veículo foi encontrado pelo Oficial de Justiça (fls. 1 e 122) .

Embora não esteja delineada a natureza da relação existente entre embargante e executado e não haja alegação de união estável - circunstância que não se presume - a proximidade e o vínculo existentes entre as partes são fortes o bastante para partilharem domicílio.

A circunstância revela falta de diligência da embargante a qual sinaliza que a aquisição do bem não está amparada pela mais absoluta boa-fé, permitindo a conclusão de que a negociação foi feita em situação de verdadeiro risco jurídico, resultado do ato consciente de levar a efeito uma conquista despida de qualquer segurança.

Ainda, a embargante não comprovou pagamento da quantia mencionada na inicial (R\$ 26.000,00) - a qual reputo incompatível a miserabilidade sustentada e com os rendimentos declarados à fl. 189 - e os pagamentos referentes ao financiamento do veículo permanecem em nome do executado (fl. 189).

Sobre o tema: *“Embargos de terceiro. Compra e venda de veículo. Restrição financeira decorrente de alienação fiduciária gravada antes do negócio firmado pela autora.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Existência de anotação prévia no Certificado de Registro de Veículo. Suficiência da publicidade do gravame. Boa-fé afastada. Inaplicabilidade da Súmula 92 do E. STJ ao caso. Improcedência mantida. Apelo impróvido" (TJSP; Apelação 1023819-06.2015.8.26.0007; Relator (a): Soares Levada; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VII - Itaquera - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/11/2017; Data de Registro: 13/11/2017).

Pois, as alegações das partes, as constatações e os documentos que integram os autos afastam a boa-fé da embargante e determinam o desacolhimento da pretensão deduzida.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. A embargante arcará com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado, observada a gratuidade que lhe foi concedida.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**